

GESTOR DE COBRANÇA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1- MERCADO DE CRÉDITO	4
2- CRITÉRIOS QUE AS EMPRESAS USAM PARA LIBERAÇÃO DE CRÉDITO	8
3- AS TAXAS DE MERCADO	15
4- EXPANSÃO DO CRÉDITO	19
5- PESQUISAS E TENDÊNCIAS DE MERCADO EM RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	27
6- PROCESSO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA	29
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

Você sabe o que é a gestão de cobrança? Alguns dos mais graves problemas que uma empresa pode ter em relação às cobranças são a inadimplência de seus clientes e a total desorganização administrativa referente às contas e aos pagamentos a receber.

Este último caso, então, pode mascarar situações críticas, que só serão percebidas muito mais tarde — se forem percebidas a tempo.

Você tem problemas com a **cobrança** em sua empresa? Entenda agora como fazer uma boa gestão nessa área poderá contribuir significativamente para seu negócio crescer e alcançar uma saúde financeira admirável.

1- MERCADO DE CRÉDITO

Mercado de crédito é o nome dado ao sistema financeiro onde ocorre o processo de concessão e tomada de crédito.

O mercado de crédito envolve uma dupla parte, uma credora e outra devedora, que normalmente estabelecem uma relação contratual entre si, podendo ser formal ou informal. Esta situação sugere que uma das partes, a credora conceda liquidez à outra, mediante um prêmio de liquidez ou de risco, comumente intitulado de juros. Nesta relação a parte credora oferece um bem à parte devedora, que na sociedade capitalista é a moeda fiduciária ou escritural.^[1]

Segundo o novo dicionário do Aurélio, crédito é definido como cessão de mercadoria, serviço ou importância em dinheiro, para pagamento futuro. Assim sendo, ao dispormos a terceiro uma determinada mercadoria, mediante ao compromisso, formal (contrato) ou informal, de reembolso no futuro, estamos vendendo a crédito. Quando dispomos a terceiro uma importância em dinheiro mediante o compromisso, formal ou informal, de pagamento no futuro, estamos emprestando a crédito.

O mercado de crédito serve de alavancagem para a maioria das economias desenvolvidas do mundo, já no Brasil este mercado ainda tem pouca expressão, devido a taxa de juros no Brasil estar entre as mais altas do mundo. No entanto o mercado de crédito está em grande expansão, segundo a FEBRABAN em julho de 2008 o crédito alcançou o seu recorde histórico, chegando a 37% do PIB brasileiro, ultrapassando a casa de 1 trilhão de reais, onde o crédito destinado a pessoa física corresponde a cerca de 370 bilhões de reais.^[2]

No sistema capitalista os principais agentes de concessão de crédito são as instituições financeiras, embora existam vários outros agentes, como as empresas para seus clientes e as pessoas físicas para seus parentes e amigos. As instituições financeiras são os principais agentes pelo seu poder de arremeter recursos, e pelo grau de especialização que alcançam no processo de emprestar e principalmente receber seus empréstimos.

Existem muitas modalidades de crédito disponíveis ao consumidor atualmente, as principais são: cheque especial, cartão de crédito, empréstimo pessoal, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito consignado, crédito habitacional, leasing.^[3]

O mercado de crédito é parte integrante do Sistema Financeiro Nacional, composto ainda pelos mercados de câmbio ([moeda](#)), capitais ([valores mobiliários](#)) e monetário (títulos públicos).

Sua importância é dada pelo seu estreito vínculo com o crescimento econômico. Quanto mais desenvolvido, melhor a alocação de recursos na economia. Organizado pelos bancos, tem por finalidade unir, via intermediação financeira:

- **Poupadores:** indivíduos que guardam recursos para se resguardarem de imprevistos e formarem patrimônio;
- **Tomadores:** empresas e governos com projetos que trazem produtividade e desenvolvimento.

Como direcionadores do crédito dentro da economia, essas instituições financeiras concedem e monitoram as suas operações de crédito, visto que assumem o risco quando emprestam.

Por que o mercado de crédito é tão caro no Brasil?

Entre os principais produtos do mercado de crédito temos:

- **Crédito direcionado:** operações do BNDES, crédito rural e financiamento imobiliário;
- **Crédito livre:** cheque especial, crédito consignado, crédito pessoal, rotativo de cartão de crédito, capital de giro (empresas), entre outros.

O “preço” do dinheiro, para cada um deles, é definido em função da taxa de juros.

Por mais que se culpe a concentração bancária, alguns fatores ajudam a explicar por que tomar crédito é tão caro no país:

- **Informações limitadas sobre o tomador:** impacta na avaliação de risco do cliente;
- **Custos regulatórios:** conjunto de normas que os agentes financeiros precisam atender;
- **Crédito direcionado:** sendo obrigatório, gera ineficiência na economia;
- **Insegurança na execução de garantias:** o poder judiciário é pouco previsível nas suas decisões, dificultando as chances de um contrato bancário ser honrado pelo cliente;
- **Intervenção governamental:** o uso dos bancos públicos para operações de crédito mais baratas aumenta a necessidade de financiamento por parte do governo.

Como resultado, o mercado de crédito não ultrapassa 62% do [PIB](#) brasileiro, conforme dados do Banco Mundial. A título de comparação, esse percentual sobe 192% do PIB no caso dos EUA.

Qual a relação entre mercado de crédito e mercado de capitais?

No mercado de crédito, as instituições bancárias são as responsáveis pelo mapeamento dos riscos e pela concessão de financiamentos.

No mercado de capitais, por sua vez, são os bancos de investimento, as [corretoras](#) e a [bolsa de valores](#) que viabilizam a ponte entre os investidores, que avaliam os riscos por conta própria, e as empresas e governos.

Ambos são impactados quando o ambiente econômico apresenta restrições ao crédito, seja por meio de uma legislação inadequada ou de custos regulatórios excessivos. Como consequência, o custo de crédito é maior e mais concentrado no setor bancário.

O que define o spread no mercado de crédito?

O custo de captação de um banco representa aproximadamente 39% do custo de crédito.

A diferença entre o quanto ele paga ao poupador e o quanto ele cobra do tomador é conhecido como [spread](#), calculado a partir dos seguintes componentes:

- Inadimplência (23%): inclui os custos de cobrança e recuperação do crédito;
- Estrutura administrativa (15%);
- Impostos e encargos (14%): [IOF](#), PIS, [Cofins](#), CSLL e Imposto de Renda, além do Fundo Garantidor de Créditos ([FGC](#));
- Margem de lucro (9%).

Qual a importância do cadastro positivo para o mercado de crédito?

Percebe-se que, depois do custo de captação, a inadimplência é o maior custo do mercado de crédito. Até o surgimento do cadastro positivo, os bancos só tinham informações a respeito de agentes que já se encontravam inadimplentes.

Ao se incluir as informações de bons pagadores, os bancos podem precificar melhor o risco do cliente, deixando de lado a métrica do risco médio da carteira de crédito.

Isso elimina um problema que os bancos sempre enfrentaram, chamado de “seleção adversa”. Quando a taxa de juros média é muito alta, ela afasta os bons clientes ao mesmo tempo em que subsidia e atrai, com taxas menores, os clientes com maior risco de inadimplência.

2- CRITÉRIOS QUE AS EMPRESAS USAM PARA LIBERAÇÃO DE CRÉDITO

Sempre que uma pessoa física ou jurídica pede um empréstimo é feita uma análise de crédito. Esta análise permite avaliar a capacidade que a entidade devedora tem para cumprir com o acordado. Para tal é definido o risco que está envolvido na transação.

As instituições financeiras usam uma tabela de pontuação e critérios para definir quais os fatores que possibilitam a identificação de uma possível inadimplência por parte do cliente. É com base nessa tabela e nos dados gerados que é, ou não, cedido o crédito. É também de acordo com esses dados que são consideradas a taxas de juros, condições do crédito e prazos.

Quais os fatores que são levados em consideração na análise de crédito?

Os fatores da tabela que falamos anteriormente pode variar um pouco de instituição para instituição. No entanto, os principais critérios a serem tidos em conta na análise de crédito são os seguintes:

Dados cadastrais

As pessoas jurídicas precisam de entregar o registro da empresa, restrições bancárias (caso as haja), valores de faturamento e outros valores em relação à contabilidade. Poderão ser pedidos também alguns documentos que se relacionem com a posse de bens, ou documentos que comprovem que a empresa terá capacidade para pagar o empréstimo.

A instituição financeira verifica também já teve problemas com não pagamentos ou atrasos de forma a que possa fazer uma melhor decisão sobre o empréstimo e suas condições.

Restrições cadastrais

Se a pessoa que solicita o empréstimo tiver restrições cadastrais em seu nome, pode ser um fator muito forte a ser levado em conta na análise e concessão de crédito. Para tal elas consultam alguns órgãos, como o SPC e o Serasa, de forma a identificar se existe alguma restrição, ou se já existiu em tempos alguma.

Análise do perfil

As instituições financeiras usam a técnica Score de Crédito para determinar o perfil do solicitante de crédito. O Score de Crédito tem uma base estatística muito forte, e com ele é possível determinar se a pessoa jurídica estará de acordo com o valor que pediu de empréstimo.

Comprovantes de renda / faturamento

É muito comum que as instituições peçam comprovantes de renda ou faturamento para analisar a sua capacidade de pagamento. Desta forma eles conseguirão determinar o valor máximo que lhe podem emprestar sem correr risco de não receber ou receber com atrasos.

Via de regra, esses valores rondam os 20 e os 30% dos rendimentos.

Etapas de uma análise de crédito

Como vimos, a análise de crédito é fundamental para que as instituições possam determinar se determinada pessoa terá capacidade de pagar todas as parcelas mensalmente. Embora as etapas da análise sejam feitas de forma diferente de instituição financeira para instituição, todas elas seguem uma linha cronológica idêntica.

Análise Preliminar

Esta é a fase de captação de informações. Aqui se incluem os dados cadastrais, as restrições cadastrais, e se existem casos de não pagamento.

É nessa altura que a instituição tem acesso ao perfil do seu negócio. Aqui se incluem dados como tipo de negócio, localização, entre outros.

É durante a análise preliminar que se pedem os documentos necessários para comprovar a sua situação económico-financeira. Aqui podem pedir:

- *Relação do faturamento dos últimos 2 anos*
- Cópia do Contrato Social
- Balanço Patrimonial dos últimos 2 anos
- Balancete do último período
- Extrato bancário de pessoa jurídica dos últimos três meses
- Endividamento bancário
- IRPF do avalista
- Autorização de consulta à Central de Risco Bacen

Se todas as documentações forem entregues prontamente e de forma correta, é possível avançar para a próxima etapa da análise de crédito no caso da empresa ser aprovada nessa fase preliminar.

Análise Conclusiva

Assim que as empresas passam na análise preliminar, passam para a análise conclusiva. ***Aqui é feita uma análise mais rigorosa.*** A instituição pode entrar em contato com alguns clientes, por exemplo, para buscar algumas informações.

Pode também ser feita uma *análise profunda do que a empresa faz, como ela está se desenvolvendo, e quais os projetos futuros.* Desta forma é possível interpretar as informações e os números de forma correta. Note que a contabilidade, o

faturamento, e também o endividamento dependem muito do segmento e setor de atuação, assim como o porte da empresa.

As instituições que cedem crédito fazem também uma *análise do histórico de crédito da empresa*. Analisam também o endividamento na Central de Risco Bacen. Para esta última é necessário a autorização do solicitante. No entanto, é preciso saber que se recusar dar essa autorização, o seu empréstimo será, muito provavelmente, negado.

Empresas que tenham pedido empréstimos anteriores não têm desvantagem em relação às que nunca o pediram. O importante é que o pagamento de seus empréstimos tenham corrido de acordo com aquilo que foi acordado entre as partes.

Nessa etapa também é feita uma *análise dos números da empresa*. Aqui entram os dados de faturamento, buscando informações que justifiquem algumas oscilações no mesmo. Isso é conseguido por uma análise econômico-financeira dos balanços e dos DREs.

Depois de serem analisados todos os dados enviados pelo solicitante de crédito, é marcada uma *entrevista para esclarecimento de alguns pontos que possam não ter sido claros o bastante*. É possível que se façam checagens com referências de fornecedores e clientes.

Com base em toda a informação prestada e reunida, é feita a avaliação da empresa, associando um *rating*. A cada rating se associa uma taxa de juros. Assim, quanto maior o rating da empresa, maior o risco de inadimplência, e por isso, maior a taxa de juros.

Lembramos, mais uma vez, que o processo de análise de crédito não é unificado, e por isso algumas instituições financeiras podem ter algumas diferenças ao longo do processo.

No entanto, as informações principais são aquelas que lhe passamos, pois só com elas é possível determinar o risco e assim calcular a melhor taxa de juros. Além

disso, ***só com esses dados a instituição será capaz de determinar se a empresa poderá cumprir com o acordado e pagar todas as parcelas nos prazos estipulados.***

Como funciona a análise de crédito?

Sua empresa está precisando de dinheiro para crescer? Em situações como essa, é comum nos depararmos com a análise de crédito e nos perguntarmos sua serventia. A análise serve para avaliar a reputação de uma empresa e sua credibilidade para honrar compromissos financeiros, seja com fornecedores, credores ou outra pessoa. Confira abaixo em mais detalhes o que é a análise de **crédito pessoal** e os itens avaliados quando um empréstimo é requisitado. Acompanhe!

O que é a análise de crédito?

A análise de crédito é um processo de verificação, feito tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, que permite uma avaliação criteriosa da capacidade de pagamento de quem está solicitando o valor emprestado. Neste momento, também é definido o risco envolvido na transação, ou seja, a possibilidade da instituição financeira não receber o dinheiro que emprestará.

Por meio de uma tabela de pontuação e critérios que podem variar entre diferentes instituições financeiras, são definidos fatores que podem identificar a possibilidade de inadimplência do cliente. Com base nisso, é decidido se o crédito — considerando a taxa de juros, os prazos e as condições específicas — será cedido ou não.

Como funciona a análise de crédito na Nexoos?

A análise de crédito é um processo de verificação, feito tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, que permite uma avaliação criteriosa da capacidade de pagamento de quem está solicitando o valor emprestado. Também é definido o risco envolvido, ou seja, a possibilidade de quem emprestou não receber o dinheiro.

Por meio de uma tabela de pontuação e critérios, são definidos fatores que ajudam a identificar a possibilidade de inadimplência do cliente. Com base nisso, é decidido se o **crédito** será cedido ou não.

Se após a análise ficar claro que a possibilidade de receber em dia é alta, pois a pessoa costuma pagar suas contas sem atrasos, as chances de que os juros e taxas sejam mais baixos é muito alta.

Caso os indicativos apontem que o risco de atrasos ou não recebimento é muito alto, é comum que as taxas e juros sejam igualmente altos. Isso é feito para que, caso a pessoa não honre seu compromisso até o final, os juros que já foram pagos amenizem as perdas para quem emprestou a quantia.

As possíveis restrições no nome de quem solicita o empréstimo também são avaliadas. Por isso, é comum que consultas a órgãos como Serasa e SPC aconteçam, como forma de verificar se existe ou já existiu algum tipo de restrição no nome do solicitante, confirmando se ele é bom ou mau pagador.

Normalmente, é por esse motivo que o **empréstimo online para negativados** é mais difícil de ser conseguido, devido à análise previamente feita.

Itens avaliados durante a análise de crédito

Dados cadastrais

No caso de pessoas físicas, serão normalmente solicitados documentos como CPF, RG, comprovante de residência e de renda. Já no caso de pessoas jurídicas, poderão ser analisados o registro da empresa, valores relativos ao faturamento e à contabilidade e possíveis restrições bancárias, entre outros documentos.

Em ambos os casos pode-se exigir documentos relativos à posse de determinados bens, além de documentos que comprovem que a pessoa física ou jurídica tem capacidade de pagamento.

Comprometimento da renda

A instituição costuma exigir que sejam enviados comprovantes de renda ou de faturamento para que ela faça uma **análise** da sua capacidade de pagamento, ou seja, saber qual o valor máximo que poderá ser emprestado com segurança e que possibilitará o pagamento mensal dos valores referentes ao empréstimo.

Os valores máximos das parcelas costumam variar. Normalmente, giram em torno de 20% a 30% dos rendimentos de quem requisitou o empréstimo. Com esse limite é possível que a pessoa continue pagando suas despesas fixas mensais, como alimentação, água e luz, e ainda assim pagar o empréstimo.

Uma outra opção para quem precisa de crédito são os [empréstimos coletivos](#). Essa modalidade permite que empresas obtenham aportes fornecidos por investidores, com menores taxas de juros e maior possibilidade de negociação.

Como funciona a análise de crédito na Nexoos?

A [análise de crédito da Nexoos](#) filtra as empresas que estão aptas a receber investimento de nossos investidores, garantindo que o ecossistema se mantenha seguro e vantajoso para todos os envolvidos. É formado por 4 etapas, sendo:

1. Filtragem automática (pré-aprovação): após o cadastro na plataforma, nossos algoritmos analisam as informações para garantir que a empresa se encaixa nas políticas da Nexoos;
2. Análise preliminar: enviamos um formulário para que o solicitante responda mais algumas questões sobre a empresa;
3. Envio de documentos: a empresa envia os registros necessários para comprovar os dados apresentados para nós,
4. Validação de documentos: os registros são conferidos de acordo com o que foi informado pelo solicitante.

Após esse processo será fornecida uma classificação para a empresa, também conhecida como *rating*. A partir dela, será possível calcular as taxas e juros para o empréstimo, de forma que o pagamento seja viável para a empresa e que haja um retorno positivo para o investidor, sendo um negócio harmônico para ambos.

3- AS TAXAS DE MERCADO

Muitos juízes da Bahia, seguindo a orientação do STJ, estão adotando o que chamam de *taxa média de mercado* divulgada pelo Banco Central do Brasil nas Ações de Revisão de Contrato Bancário. A orientação foi tomada no 14º Encontro do Colégio de Magistrados dos Juizados Especiais do Estado da Bahia, nos seguintes termos: 'Enunciado nº 03 - É possível a revisão de juros cobrados com base na taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central'.

Segundo informe do próprio Banco Central, *as taxas de juros representam a média do mercado e são calculadas a partir das taxas diárias das instituições financeiras ponderadas por suas respectivas concessões em cada data. São divulgadas sob o formato de taxas anuais e taxas mensais. As taxas médias mensais são obtidas pelo critério de capitalização das taxas diárias ajustadas para um período padrão de 21 dias úteis.* Advertindo ainda que *em geral, as instituições praticam taxas diferentes dentro de uma mesma modalidade de crédito. Assim, a taxa cobrada de um cliente pode diferir da taxa média. Diversos fatores como o prazo e o volume da operação, bem como as garantias oferecidas, explicam as diferenças entre as taxas de juros.*

Neste sentido, de acordo com a última planilha divulgada pelo Banco Central, em 27.05.2009, a taxa para contrato de financiamento de aquisição de veículo, em abril de 2009, para pessoa física, seria de 29,88% aa, ou seja, a grosso modo, esta taxa anual implicaria em uma taxa mensal 2,49% am.

Porém, segundo planilha divulgada também pelo Banco Central, para o caso de financiamento para aquisição de veículo, as taxas para o período de 29.05.2009 a 04.06.2009, praticadas por 48 instituições de crédito, constata-se que a menor taxa praticada foi de 1,27% am pelo Banco GMAC e a maior taxa foi de 6,969% am, praticada pelo Banco Azteca do Brasil.

Em breve análise, com base nas taxas praticadas pelos bancos mencionados, a variação entre a menor e a maior é de mais de 500%. Penso eu, portanto, em vista dessa absurda variação, que talvez não seja um bom parâmetro encontrar uma média entre números tão distantes. Além disso, fico a me perguntar qual a razão

de um banco aplicar juros de 1,27% am (certamente obtendo lucro), enquanto outro banco aplica 6,96% am?

Pois bem, muitos defendem também que a Selic não é parâmetro para tais contratos de financiamento, mas é importante observar que o BC reduziu este indicador, na última reunião do Copom, em 10.06.09, para 9,25% aa. Observe-se que este índice é anual, mas a taxa de juros mais alta para financiamento de veículos, poucos dias antes, praticada pelo Banco Azteca do Brasil, foi de 6,96% am. Isto mesmo: ao mês!

Quem te viu, quem te vê! Há poucos anos, quando a taxa Selic rondava as alturas (26,50% a.a. entre abril e junho/2003) e alguns juízes deferiam a revisão contratual com base na taxa de 12% a.a., alguns tribunais entendiam pela aplicação da Selic como parâmetro correto para estipulação da taxa de juros. Agora, com a Selic em 9,25% a.a., alguns tribunais, incluindo o STJ, adotam a *taxa média de mercado* para reformar as decisões que estabelecem juros em 12% a.a., superior à própria Selic, que um dia já serviu de parâmetro para os mesmos tribunais.

É certo que o STJ já *pacificou* o entendimento de que a Selic não representa a *taxa média de mercado*, mas isto foi em 2003, no REsp nº 271.214 , quando prevaleceu o voto do ministro Carlos Alberto Direito, em que ele confessa a assessoria direta da Fundação Getúlio Vargas (em trabalho elaborado a meu pedido, os Professores Marcos de Barros Lisboa e Renato Fragelli, da Fundação Getúlio Vargas...), vencendo os ministros Ari Pargendler, Antônio de Pádua Ribeiro e Ruy Rosado de Aguiar.

Desde 2003, porém, a economia do país se estabilizou, muitas dúvidas na aplicação do [Código Civil de 2002](#) já foram apreciadas pelos tribunais, o [CDC](#) se afirmou na doutrina e jurisprudência e é chegada a hora, portanto, de se promover uma análise profunda, com base nos fundamentos atuais da economia brasileira, daquele *antigo* acórdão elaborado com a assessoria da Fundação Getúlio Vargas. É importante lembrar, ainda, que há poucos dias o Brasil *emprestou* 10 bilhões de dólares ao FMI. Então, como se diz popularmente, o Brasil *está podendo!* Portanto, já que é assim, como diz a música O sal da terra - de Beto Guedes e Ronaldo Bastos, *é só repartir melhor o pão!*

Por fim, depois de tantos números, percentuais e julgados, estou começando a pensar que tem muita gente boa enchendo a boca para falar em *taxa média de mercado*, mas nem sabe o que é isso.

O problema é que pensar cansa! Sendo assim, é melhor jogar a culpa no spread bancário. Ops! Mas o que é spread bancário? Algum banco já te prestou contas desse tal spread?

Principais Taxas De Juros Utilizadas Pelo Mercado

As taxas de juros são uma maneira de regular a oferta de dinheiro no mercado, assim como, o custo da moeda na economia. Portanto colabora para o controle da inflação. Os níveis das taxas são consequências de resultados econômicos, tais como desemprego, inflação, recessão, por exemplo.

Ou seja, o que são as taxas de juros e como funcionam os investimentos atrelados a elas?

É tudo aquilo que podemos acrescentar a um valor. Dependendo das condições em que é ofertado, das demandas e do grau de risco e liquidez da economia. Essas taxas podem ser pós-fixadas ou pré-fixadas.

As **pré-fixadas**, como já diz o nome, são definidas no ato da operação. Portanto você, antecipadamente, já sabe o valor de resgate na data estipulada. Então independente da oscilação da inflação ou outros fatores que possam alterar as taxas.

As **pós-fixadas** você só saberá o valor de resgate no dia do vencimento. Portanto estão sujeitas a oscilações no decorrer do investimento (diariamente). Investimentos pós-fixados rendem juros + “correção monetária”.

Alguns tipos de taxas:

TR – Taxa Referencial

Taxa que define o rendimento das Cadernetas de Poupança e dos empréstimos do Crédito Rural e do SFH (Sistema Financeiro da Habitação). Todos os dias ela é calculada e divulgada pelo Banco Central.

Taxa Selic

Taxa básica da economia. Calculada pela taxa média ajustada dos financiamentos diários lastreados em títulos do governo federal.

Taxa CDI – Certificado de Depósito Interbancário

São os títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário; ou seja, a taxa CDI é a média dos empréstimos feitos entre bancos para um dia.

Estar atento a estas taxas e em como o governo e a economia estão se comportando pode ajudá-lo a decidir sobre o melhor investimento. Tanto para decidir qual o melhor título de renda fixa do momento ou se o momento está adequado para partir para os investimentos de renda variável, expondo-se mais ao risco. Lembrando que sempre a melhor sugestão para se investir é que você consiga diversificar, desta forma você se protegerá diante de algum eventual contratempo.

4- EXPANSÃO DO CRÉDITO

nosso sistema monetário e bancário, quando uma pessoa ou empresa pega empréstimo, os bancos criam dinheiro do nada (na verdade meros dígitos eletrônicos), emprestam este dinheiro e cobram juros sobre eles. Ou seja, todo este processo de expansão de crédito nada mais é do que um mecanismo que aumenta a quantidade de dinheiro na economia. É esse processo de aumento da quantidade de dinheiro o que de fato governa os principais números da economia como PIB, emprego, renda e inflação de preços. Um aumento da quantidade de dinheiro na economia, gerado pela criação de crédito bancário, aumenta a demanda por consumo, por mão de obra e estimula investimentos. Ela faz com que, no primeiro momento, haja uma grande sensação de prosperidade. A renda nominal aumenta os investimentos aumentam, o consumo aumenta e o desemprego cai. Conseqüentemente, a expansão do crédito faz aumentar a demanda por mão de obra em todos os setores da economia, desde indústria e construção até setores de serviços, varejista e comércio em geral. Todos passam a requerer mais mão de obra e mais recursos por causa do aumento generalizado

da demanda gerada pela expansão do crédito. Essa disputa por mais mão de obra e recursos leva ao encarecimento de ambos.

É isso que estimula os números do PIB, do emprego, da renda e da inflação de preços. Mas para se manter esta taxa de crescimento econômico é necessário que a expansão de crédito ocorra a uma taxa crescente.

Somente um aumento contínuo do crédito permite que os empreendedores de todos os setores mantenham ou aumentem sua força de trabalho e mantenham ou aumentem os estoques e sua aquisição de bens de capital a serem utilizados em novos investimentos. Isso gera uma queda no desemprego e um aumento nos preços e salários, o que leva a necessidade de expandir ainda mais rapidamente o crédito para que seja possível manter este ciclo. Com o tempo toda esta expansão

do crédito irá levar tanto a um aumento de endividamento quanto a um acentuado aumento nos preços, o que faz com que BC suba os juros para esfriar essa atividade econômica. Caso a expansão do crédito seja reduzida e vale dizer que não é necessário que haja contração de crédito basta apenas que ele passe a crescer a taxas menores, todo este arranjo "virtuoso" (na realidade totalmente artificial) se arrefece. O crescimento do crédito no Brasil se estagnou no primeiro semestre de 2011 e começou a desacelerar no segundo semestre. O crescimento do emprego foi junto. Se em 2010 ano da forte aceleração no crédito (a taxa de crescimento anual passou de 12% em novembro de 2009 para 21% em novembro de 2010, aceleração de 75% em um ano), o emprego chegou a crescer a taxas maiores que 6%, atualmente com o crescimento do crédito tendo arrefecido para 14% ao ano o emprego está crescendo á módica taxa de 0,75% ao ano. A taxa de expansão do crédito ainda esta alta mas é a mais baixa desde fevereiro de 2010. Aquela recuperação pontual do emprego observada no segundo semestre de 2012 se deve provavelmente a prorrogação das isenções fiscais concedidas pelo governo a indústria e ao comércio. Podemos apenas especular o que está causando a desaceleração do crédito. A hipótese mais forte é aquela que aponta para uma combinação entre endividamento excessivo da população, perda de confiança tanto por parte dos bancos quanto a parte da população quanto ao futuro da economia, e a inadimplência em níveis recordes (o que além de afetar o balanço dos bancos torna-os mais cautelosos. De acordo com as últimas estatísticas o endividamento das famílias é de mais de 45% da sua renda acumulada em doze meses, e os gastos das famílias para cumprirem o serviço de suas dívidas é de quase 22% de sua renda mensal. A conclusão é que a economia brasileira está colhendo o que plantou nos últimos três anos quando a atual equipe econômica decidiu inovar e apostar na velha nova matriz econômica. Com as contas do governo em descontrole com a dívida pública se aproximando dos 60% do PIB (isso na metodologia adotada a partir de 2008; na metodologia utilizada até 2007 o valor está em 65% do PIB), com os títulos da dívida já sendo punido no mercado estrangeiro, com o real enfraquecido perante ao Dólar e o Euro, com os juros em alta (no maior patamar em 18 meses), com inflação muito acima da meta, com o custo de vida em ascensão, e com quase 70% dos lares com algum tipo de dívidas, é difícil visualizar uma súbita recuperação sem antes passarmos por alguma correção mais robusta. Enquanto

estas variáveis, não forem equacionadas não há grandes perspectivas para o crescimento da economia. As consequências de um modelo de crescimento baseado apenas na expansão do crédito: Os brasileiros (pessoas físicas) chegaram ao fim de 2013 devendo somente aos bancos um total de pouco mais de R\$1,2 trilhões, o maior saldo da história, segundo dados do banco central. A situação das finanças domésticas se complica porque com base no número do BC sobre as operações de crédito, os consumidores tem mergulhado nas dívidas mais caras do mercado. O saldo devedor do cheque especial é o maior já registrado com alta acumulada de 20,9% ao ano. Os débitos com cartão de crédito na modalidade rotativa, quando se quita apenas o valor mínimo da fatura, cresceram 6,2% nos 10 primeiros meses de 2013 mais do que os pagamentos avista com cartão, nos quais incidem juros com alta de 5,1%. A soma do que os brasileiros devem as instituições financeiras representa mais de 25,8% do PIB. Até o momento, o grande trunfo do governo tem sido o de enfatizar a baixa taxa de desemprego. No entanto há aí um problema; se o desemprego está de fato baixo, então a economia deveria estar crescendo robustamente, afinal, essa seria a consequência lógica do fato de você ter mais mão de obra produzindo e consumindo. No entanto, isso não está ocorrendo. Logo, há duas conclusões possíveis ou a taxa de desemprego é bem maior do que a oficial ou a mão de obra brasileira nunca foi tão pouco produtiva e tão pouca qualificada. Com uma mão de obra mal instruída e pouco produtiva a única solução de curto prazo seria a redução das tarifas de importações para bens de capital, os quais poderiam aumentar nossa produtividade no curto prazo. Mas o que a atual matriz econômica do governo está fazendo é justamente dificultar as importações, tudo em nome da defesa da indústria nacional.

Expansão do crédito e investimentos improdutivo

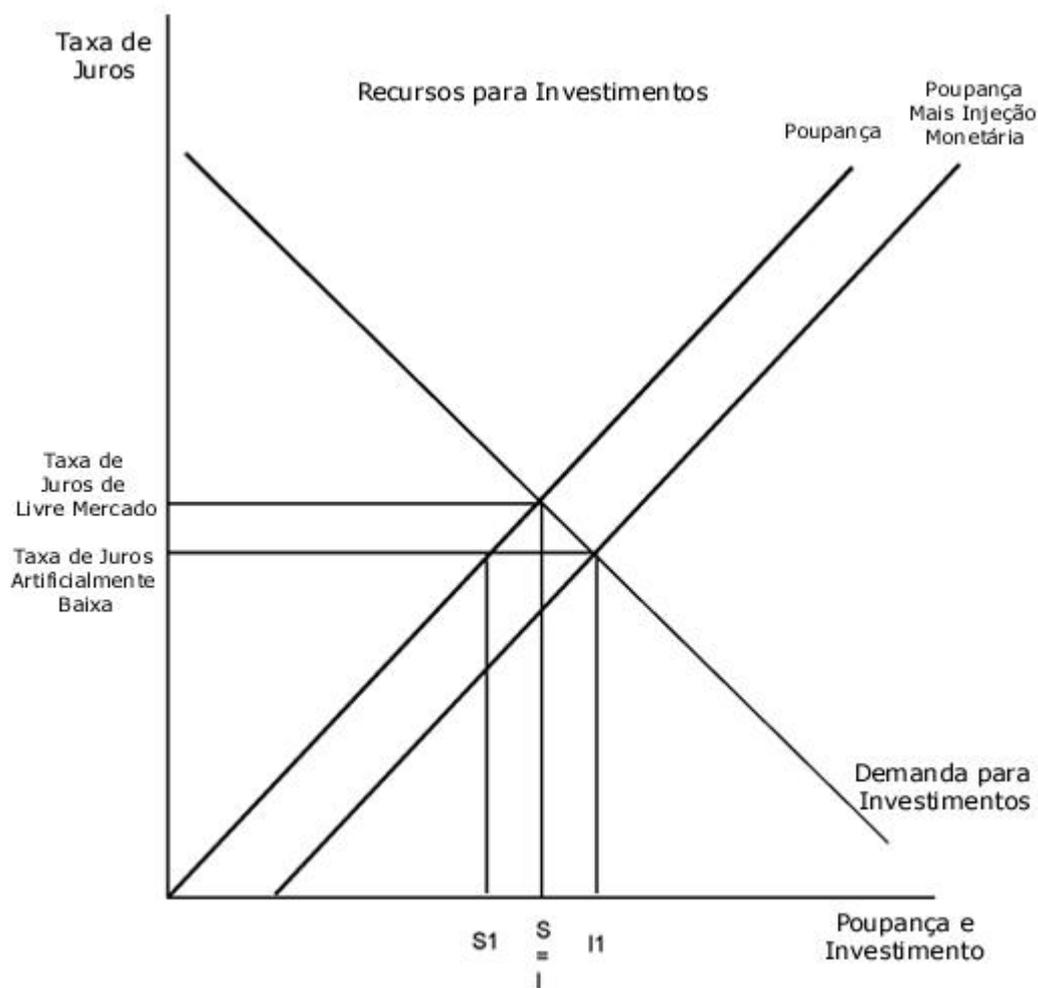


Os mercados são cruelmente eficientes, o que em grande parte significa que as pessoas não irão se aventurar em projetos de investimentos arriscados que não estejam alinhados às preferências dos poupadores. Todas as oportunidades de lucro serão exploradas em equilíbrio, e nenhum projeto potencialmente lucrativo será deixado de lado.

Uma das conseqüências desastrosas da expansão do crédito é que muitos projetos que antes foram rejeitados pelos investidores *irão* agora ser empreendidos por causa dos sinais incorretos emitidos pelas taxas de juros artificialmente reduzidas para o mercado de capitais. Esses problemas serão acrescidos pelo fato de que os poupadores - devido à queda dos juros - irão retirar seus recursos reais do mercado de capitais, o que significa que os investimentos outrora lucrativos agora serão maus investimentos que darão prejuízos.

Isso tem dois componentes. Primeiro, pegando de F. A. Hayek, precisamos considerar o que é um "mercado funcionando corretamente" antes de considerarmos o que é um "mercado funcionando erroneamente". Em um mercado de investimentos que esteja "funcionando corretamente", o equilíbrio será estabelecido a uma taxa de juros em que o investimento (a quantidade demandada de recursos para investimentos) é igual à poupança (a quantidade fornecida de recursos para investimentos). Se as taxas de juros puderem flutuar livremente e, assim, fornecer sinais confiáveis ao mercado de capitais, os processos de mercado irão eliminar planos de produção não-lucrativos e recompensar planos de produção lucrativos. À

uma taxa de juros de 5%, por exemplo, todos os projetos que gerem um retorno de 4% ao ano não serão empreendidos porque o custo do capital iria exceder o retorno do investimento. Todos os projetos de investimentos que gerem retornos maiores que 5% serão empreendidos. Isso está ilustrado no diagrama a seguir, onde o mercado para recursos a serem investidos se equilibra à taxa de juros de mercado mostrada abaixo. [1]



Nesse ponto, alguém pode argumentar que taxas de juros mais baixas são boas porque estimulam mais investimentos. Isso seria verdade apenas se a taxa mais baixa fosse consistente com as preferências intertemporais de consumo dos poupadores. Quando examinamos os resultados de uma injeção monetária no

mercado de recursos para investimentos que diminua a taxa de juros para uma que seja artificialmente baixa, vemos que a quantidade demandada de recursos para investimentos aumenta (para I1) ao passo que a quantidade fornecida de recursos para investimentos diminui (para S1).

Suponha que o Banco Central intervenha e diminua a taxa de juros, aumentando a oferta monetária. A taxa de juros cai, e - no mercado de recursos para investimentos - isso faz parecer aos poupadores e investidores que as preferências intertemporais de consumo se alteraram. Mas isso não é o que realmente ocorre. Se as preferências intertemporais de consumo não tiverem mudado - em outras palavras, se a curva de oferta de recursos para investimentos não se alterou - os poupadores irão se mover para trás na curva da poupança em resposta às taxas de juros mais baixas - afinal, se as taxas de juros agora estão mais baixas, o custo de oportunidade do consumo atual também é menor. As pessoas vão consumir mais e investir menos, levando a um aumento do consumo atual e a menos recursos disponíveis para investimentos.

Ao mesmo tempo, no entanto, as empresas irão investir mais ao virem que as taxas de juros estão mais baixas. Isso irá mandar o sinal incorreto de que os consumidores preferem um maior consumo futuro a um menor consumo presente; as empresas, portanto, irão tentar alongar o período de produção e, assim, elas irão investir em projetos de longo prazo que, ao final, irão se revelar investimentos ruins assim que o Banco Central tirar o pé do acelerador monetário.

Há duas implicações importantes. Primeira: uma taxa de juros artificialmente baixa destrói informações cruciais sobre as preferências intertemporais de consumo dos poupadores. Não há como saber qual *deve ser* a taxa de juros, e isso aumenta a incerteza nos mercados financeiros. Dado que a taxa de juros é supostamente o preço que capitaliza todos os custos esperados e benefícios de um projeto em particular, torna-se difícil distinguir os projetos lucrativos dos não-lucrativos. Até o ponto em que isso pode ser feito, os investidores terão que investir pesadamente em triagens direcionadas a extrair informações que já teriam sido reveladas caso as taxas de juros de livre mercado estivessem atuando.

Segunda: os novos projetos que estão sendo empreendidos terão características de risco que não são consistentes com as preferências intertemporais de consumo do público poupador e consumidor. Projetos que não eram lucrativos a uma taxa de juros de livre mercado de 5% também não serão lucrativos a uma taxa de juros distorcida de 4%, considerando que a taxa de juros consistente com as preferências intertemporais de consumo é de 5%. Essa má alocação de recursos é acrescida do fato de que os poupadores reduziram a oferta real de recursos disponíveis para investimento.

No todo, taxas de juros incorretas criam um cabo-de-guerra entre os consumidores, que agora preferem consumo presente ao consumo futuro, e investidores, que estão recebendo o sinal incorreto de que os consumidores preferem consumo futuro ao consumo presente. No longo prazo, isso resulta numa série de maus investimentos à medida que as pessoas tentam empreender planos de produção que são inconsistentes com a taxa de juros que vigora no livre mercado; além do mais, essas distorções também reduzem o investimento líquido da economia porque as pessoas estarão aptas a investir somente os recursos reais disponíveis.

Os problemas atuais do mercado imobiliário americano sugerem que estamos colhendo as conseqüências do crédito fácil. Um aumento da oferta monetária facilita a capacidade de os consumidores conseguirem empréstimos e aumenta a disposição dos emprestadores se submeterem a riscos que antes eram questionáveis. Investimentos que não teriam sido feitos caso o mercado refletisse as taxas de juros corretas serão feitos em um ambiente em que vigore preços incorretos no mercado de capitais; todas as concomitantes distorções na estrutura dos preços relativos irão surgir, e a correção necessária pode demorar um tempo para aparecer. Mas até que isso aconteça, provavelmente já será tarde demais, e o único provável recurso político será um "salvamento" [\[2\]](#), do tipo que está sendo promovido em Washington, D.C., na esteira da crise das hipotecas *subprime*.

Antes de finalizar, uma palavra deve ser dita sobre o debate moral implícito na crise do mercado imobiliário. Tyler Cowen [\[3\] escreveu em seu blog que as pessoas adoram uma boa estória de moralidade mesmo onde não existe nenhuma](#). Assim, todo o debate sobre o mercado imobiliário é retratado como um conflito entre os

infelizes tomadores de empréstimo *subprime* e os emprestadores inescrupulosos e predadores. Como Cowen corretamente aponta, essa não é uma questão moral, mas, sim, uma questão de política monetária; [Cowen não é ele próprio um crente da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos](#), mas ele está certo ao observar que os atuais problemas que flagelam o mercado imobiliário estão relacionados a negligências políticas, e não a negligências morais.

Sem dúvida tem havido procedimentos dúbios em todos os lados das transações do mercado imobiliário. Mas concentrar-se nas ações de certos emprestadores inescrupulosos, ou nas de alguns tomadores de empréstimos que intencionalmente exageraram sua renda, é negligenciar a questão maior em favor de considerações menores. O problema sistemático advém do fato de que a política monetária envia sinais incorretos para o mercado de capitais, diminuindo a capacidade de os emprestadores distinguirem os empréstimos bons dos ruins; ela também envia sinais incorretos para os potenciais tomadores de empréstimos sobre o tanto de recursos que eles podem e o tanto que não podem arranjar. A crise dos empréstimos *subprime* imobiliários parece ser aquele caso proverbial de que as galinhas estão voltando para casa para pernoitar[

5- PESQUISAS E TENDÊNCIAS DE MERCADO EM RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

VISÃO DOS PROFISSIONAIS: PREVISÕES PARA 2020 NO SETOR DE CRÉDITO E COBRANÇA

Com o objetivo de entender a relação entre o mercado de recuperação de crédito e o inadimplente, nosso serviço de cobrança digital, o Negocia Fácil, em parceria com o CMS e realização do Instituto Locomotiva desenvolveu a pesquisa: **Desafios e Tendências do Ciclo de Crédito na Era da Inovação Financeira.**

O levantamento traz a oportunidade do mercado se autoconhecer, além de ressaltar dados referente ao impacto dos altos índices de inadimplência, transformação digital, novos modelos de ciclo de crédito, fintechs, bancos digitais, entre outros. De acordo com os profissionais que fizeram parte desta pesquisa, o ano de 2020 tende a ser promissor para o setor. Entre os credores entrevistados, 79% deles acreditam que as empresas elevarão seu desempenho no próximo ano, 60% enxerga um aumento de novas contratações e 72% deles vêem as companhias realizando novos investimentos.

Para o segmento, o digital ganha uma maior proporção e se destaca dos métodos tradicionais de cobrança, afinal 50% dos inadimplentes preferem realizar suas negociações através de plataformas digitais, 41% deles dizem sim para ambos os métodos e apenas 6% estão a favor de quitar suas dívidas através de telefones e com humanos do outro lado da linha.

Convenhamos que o futuro da cobrança está no digital. Segundo o levantamento, 65% das empresas que atuam diretamente nesse setor utilizam os modelos digitais

como maior potencial de desenvolvimento, enquanto apenas 1% enxerga a forma tradicional como única solução possível.

O ano de 2020 traz um cenário promissor ao mercado de crédito e cobrança. Os dados enfatizam a possibilidade de uma nova chance aos 63 milhões de inadimplentes (segundo dados do Serasa). Este é o momento ideal para empresas buscarem se reinventar com intuito de dar conta das anunciadas transformações organizacionais, em meio ao desafio de melhorar a qualidade de crédito no país, para enfim recuperar o motor da economia.

6- PROCESSO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA

O processo de análise de crédito para pessoa física visa a identificar os riscos para a organização que está concedendo o crédito, evidenciar conclusões quanto à capacidade de repagamento do tomador e fazer recomendações sobre o melhor tipo de empréstimo a ser concedido.

A análise ocorrerá conforme as necessidades do solicitante e dentro de um nível de risco aceitável, a partir de documentação apresentada e análise da mesma, objetivando a maximização dos resultados da instituição, segundo Schrickel (2000).

Este processo é extremamente importante para a análise de crédito efetuada em organizações de concessão de microcrédito, principalmente devido à simplificação e desburocratização desta modalidade, conforme explicado anteriormente.

Além disso, a análise subjetiva de crédito não é um exercício que visa ao cumprimento de disposições normativas, mas sim tem por objetivo chegar a uma decisão clara sobre a concessão ou não do crédito ao solicitante, acrescenta Santos (2006).

Porém, o processo de análise subjetiva, como o próprio nome diz, não é uma ciência exata, podendo existir inúmeras soluções para cada situação de concessão, sendo certo que a análise pode fazer emergir opções durante o processo decisório, complementa Blatt (1999).

É preciso dizer, ainda, que a análise de crédito é um processo organizado a fim de reunir e montar todos os fatos que conduzem ao problema, determinar as questões e suposições relevantes para a tomada de decisão, analisar e avaliar os fatos levantados e desenvolver uma decisão a partir das alternativas funcionais e aceitáveis.

Schrickel (2000) complementa que a análise será mais consistente quanto mais presentes e valiosas forem as quantificações dos riscos identificados e praticidade, bem como a viabilidade das conclusões chegadas.

Portanto, o processo de análise de crédito para pessoa física baseia-se na qualidade das informações obtidas e nas decisões decorrentes. Essas decisões devem ser práticas e viáveis dentro de um modelo funcional adaptado à realidade da organização.

Além disso, em qualquer situação de análise de crédito, há três etapas distintas a percorrer, conforme Schrickel (2000):

- **Análise Retrospectiva:** avaliação do desempenho histórico do tomador potencial, analisando os riscos inerentes ao mesmo e como foram contornados. Este processo visa identificar fatores na atual condição do tomador que possam dificultar o pagamento da dívida;
- **Análise de Tendências:** projeção da condição futura do tomador do crédito, a fim de avaliar o nível de endividamento suportável e o quão oneroso será o crédito que se espera obter; e
- **Capacidade Creditícia:** a partir do grau de risco que o tomador apresenta e a projeção do seu nível de endividamento futuro, avaliar a capacidade creditícia do tomador, ou seja, qual a quantia de capital que ele poderá obter junto ao credor.

Para que ocorra uma análise minuciosa de risco da operação de concessão de crédito à pessoa física, é preciso passar por algumas fases distintas durante o processo. Santos (2006) define seis fases para este processo, conforme quadro a seguir:

- Análise Cadastral;
- Análise de Idoneidade;
- Análise Financeira;
- Análise de Relacionamento;
- Análise Patrimonial; e
- Análise de Sensibilidade.

Análise cadastral

A análise refere-se a processo de análise dos dados de identificação dos clientes. Conforme Blatt (1999) evidencia, o sucesso da concessão do crédito depende de

informações confiáveis a respeito do cliente. Santos (2006) complementa, dizendo que:

"O levantamento e a análise das informações básicas de crédito são requisitos fundamentais para a determinação do valor do crédito, prazo de amortização, taxas de juros e, se necessário reforço ou vinculação de novas garantias." (SANTOS, 2006, p. 47).

Segundo o Manual de Normas e Instruções do Banco Central do Brasil (2006), as instituições de crédito, micro crédito e bancos tradicionais só devem conceder empréstimos (crédito) a tomadores se possuírem adequadas e não restritivas informações cadastrais. Schrickel (2000) reafirma todos estes fatos, dizendo que as instituições de crédito devem munir-se de elementos informativos essenciais e indispensáveis sobre o potencial tomador do crédito, antes de manter qualquer tipo de relacionamento concreto ou formalizar alguma operação de crédito.

Porém, todas as instituições de crédito devem atentar para o sigilo das informações coletadas pelos agentes de crédito. Schrickel (2000) sugere que as informações e documentação pessoal devem ser mantidas arquivadas sobre minucioso controle. Tal atenção é necessária para que ocorra sigilo das informações e para que melhor lhe permita o controle, manuseio e atualização dos dados.

Os dados que deverão ser identificados para análise, segundo Santos (2006), deverão ser os seguintes:

- Escolaridade;
- Estado Civil;
- Idade;
- Idoneidade;
- Moradia (se própria ou alugada e tempo de residência);
- Número de dependentes;
- Renda (principal e complementar);
- Situação legal dos documentos; e
- Tempo no atual emprego ou atividade exercida.

Santos (2006) ainda defende que no processo de análise de crédito deve-se considerar todas as informações relacionadas com a situação financeira do cliente, pois a análise conjunta dos dados irá fornecer informações mais precisas para a tomada de decisão. Para Schrickel (2000), o agente de crédito deve atentar para a seguinte documentação legal:

- Certidão de Casamento, se casado (a);
- Cédula de Identidade (RG);
- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
- Declaração de Bens (anexo da declaração do Imposto de Renda), conforme Lei 8.009/1990 – Lei de Impenhorabilidade do Bem de Família;
- Comprovante de rendimentos;
- Comprovante de residência;
- Procurações (se houver);
- Cartões de Instituições Financeiras (originais); e
- Ficha Cadastral preenchida e assinada.

Por fim, Blatt (1999) explica que a ficha cadastral é um resumo da vida do cliente, por meio da qual o credor tem a possibilidade de obter um conhecimento inicial sobre o mesmo. Ele ainda define como “[...] um conjunto de informações financeiras e não financeiras que subsidiam o processo decisório de crédito, auxiliando na avaliação [...] do cliente. (BLATT, 1999, p. 78).

Análise de idoneidade

Já a análise de idoneidade consiste no levantamento e análise de informações relacionadas à idoneidade do cliente com o mercado de crédito. Segundo Santos (2006), esta análise baseia-se na coleta de informações sobre o solicitante do crédito junto às empresas especializadas no gerenciamento de risco de crédito. Empresas como Serasa, Boa Vista Serviços (SCPC), EQUIFAX e SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) são exemplos de organizações que podem fornecer informações úteis sobre a situação de crédito do cliente.

Para Santos (2006), a análise da idoneidade deve ser um das primeiras informações averiguadas, pois caso o cliente não possua informações negativas as demais informações poderão ser coletadas e analisadas para a análise do risco total.

A idoneidade do cliente pode ainda ser classificada em quatro categorias, conforme Santos (2006):

- Sem Restritivos: quando não há informações negativas sobre o cliente no mercado de crédito;
- Alertas: quando há registros antigos no mercado de crédito, já solucionados, que não impedem a concessão de novos créditos. Apenas ocorre a exigência de uma análise mais criteriosa por parte do agente de crédito;
- Restritivos: indicam que o cliente possui informações desabonadoras no mercado de crédito. São exemplos: registros de atrasos, renegociações e geração de prejuízos a credores. Podem ser classificadas como de caráter subjetivo (de uso interno de instituições do mercado de crédito) ou de caráter objetivo, tais como protestos, registros de cheques sem fundo, ações de busca e apreensão, dentre outros; e
- Impeditivos: são apontamentos que impedem que pessoas físicas atuem como tomadores de crédito, a exemplo de bloqueios de bens, impedimentos no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), proibições legais de concessão de crédito, dentre outros.

Análise financeira

Em relação à análise financeira, Blatt (1999) explica que a mesma é primordial para a determinação das forças e fraquezas financeiras do cliente, a partir das informações das demonstrações financeiras do mesmo. A análise da renda total do cliente e posterior análise de compatibilidade com os créditos pretendidos é uma fase de vital importância no processo de análise dos riscos de crédito.

Para Black; Morgan (apud Santos, 2006), deve ser dada atenção especial à análise da renda, pois consideram existir relação direta entre a renda e a taxa de

inadimplência de pessoas físicas. Santos (2006) ainda diz que é de suma importância determinar o valor exato da renda e a sua regularidade, bem como a probabilidade de continuar sendo recebida. Desta maneira é possível identificar fatores que poderão vir a prejudicar o futuro pagamento da dívida contraída.

Autores como Santos (2006), Blatt (1999) e Schrickel (2000) definem os Demonstrativos de Pagamento, Declaração de Imposto de Renda e Extratos Bancários como as melhores fontes de informações sobre a renda do cliente.

Os Demonstrativos de Pagamento, fornecidos pelos empregadores dos solicitantes de crédito, constituem-se na fonte mais utilizada pelas instituições de concessão de crédito. A Declaração do Imposto de Renda é uma fonte alternativa de dados que possibilita um melhor cálculo sobre a renda média mensal do solicitante, segundo Santos (2006).

No caso de pessoas físicas autônomas ou profissionais que trabalhem em atividades sazonais, o agente de crédito deve tomar especial cuidado com discrepâncias na renda média mensal do cliente. Para Santos (2006), nessa situação, a comprovação da renda é de extrema dificuldade e por isso o agente de crédito deve se basear em cálculos aproximados a partir de demonstrativos bancários, tais como extratos de contas bancárias.

É sugerido, por Santos (2006), a construção de um Balanço Patrimonial adaptado do solicitante do crédito, por parte do agente de crédito. Tal instrumento visa a uma melhor visualização dos ativos e passivos a fim de determinar a situação financeira e capacidade de pagamento do cliente.

Os ativos representam os bens, tanto financeiros como patrimoniais, dos clientes. São colocados em ordem de liquidez, iniciando pelos ativos que melhor possam ser convertidos em receita imediata, representados por valores em conta corrente, salário e outros, até os ativos menos líquidos, como por exemplo, veículos e imóveis. Os passivos representam todos os compromissos que o cliente assumiu com o mercado de crédito ou para a compra de bens e serviços. São organizados de maneira a iniciar pelos de maior solvência (imediate) até os de maior prazo de pagamento.

Segundo Santos (2006), quanto maior for o saldo do ativo total em relação ao passivo total, maior será a capacidade de o cliente honrar as dívidas adquiridas. Neste caso, o patrimônio líquido, calculado pela diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, será um excelente indicador da riqueza do cliente e, por conseguinte, da capacidade de pagamento do mesmo.

Análise de relacionamento

A análise de relacionamento baseia-se principalmente na análise realizada sobre as informações extraídas do histórico do relacionamento do cliente com o credor e o mercado de crédito. Quando o cliente já é conhecido da instituição de concessão de crédito, é possível extrair informações de créditos adquiridos anteriormente, taxas de juros aplicadas, frequência de utilização, pontualidade na amortização, dentre outros.

Santos (2006) acredita que essa análise de relacionamento auxilia na análise da idoneidade do cliente e pode garantir uma decisão mais favorável ou não à concessão do crédito. Contudo, aponta a dificuldade dos agentes de crédito de conseguirem informações precisas junto a outras instituições de crédito devido à necessidade de manter sigilo sobre as operações com que trabalham. Conhecer o patrimônio dos clientes é importante no processo de análise de crédito, principalmente para que seja possível vinculá-lo em contratos de crédito sempre que for verificada a existência de algum risco maior.

Análise patrimonial

A análise patrimonial é frequentemente utilizada para a avaliação das garantias que os clientes podem oferecer para vincularem ao contrato de concessão, segundo Santos (2006). O autor define garantia como a vinculação de um bem que assegure a liquidação do crédito caso o tomador não honre suas dívidas.

Entretanto, Blatt (1999) defende que a concessão do crédito não pode estar atrelada ao bem disposto como garantia, pois assim a organização estaria comprando um bem que não é de interesse.

Santos (2006) complementa dizendo que a finalidade da garantia é evitar que fatores imprevisíveis impossibilitem a quitação do crédito adquirido pelo solicitante. O Banco Central estabelece que as instituições financeiras que trabalham com a

concessão de crédito devem exigir dos solicitantes garantias suficientes para garantir o retorno do capital utilizado na operação.

Porém, fica a cargo da instituição de concessão de crédito definir quais garantias serão aceitas, bem como a real necessidade das mesmas para a realização da operação de crédito. Além disso, Santos (2006) diz que as garantias reais (bens) devem ser corretamente analisadas para se verificar a possibilidade de solvência das mesmas, assim como seu valor de mercado real e a existência de ações legais que impeçam que sejam utilizadas.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é uma fase extremamente importante no processo de análise da concessão de um crédito. Nesta fase, o agente de crédito ou analista financeiro irá monitorar a situação macroeconômica a fim de prever situações que poderão aumentar o nível de risco da operação.

Santos (2018) cita como exemplo o monitoramento das taxas de juros. O aumento das mesmas pode desencadear a redução do nível de atividade econômica ou até levar à recessão, reduzindo a capacidade de geração e retenção de fluxos de caixa, comprometendo a capacidade real de pagamento dos compromissos financeiros das mesmas.

É importante que os analistas de crédito monitorem o mercado e a economia em geral a fim de prever possíveis situações de desequilíbrio na economia. O objectivo é evitar o cenário de incumprimento dos pagamentos nas suas carteiras de crédito. Blatt (1999) explica que uma correta avaliação do mercado pode ajudar a definir quais taxas serão praticadas, quais prazos de pagamento são mais favoráveis e em quais situações o devedor poderá se tornar incumpridor.

Método credit scoring de análise de crédito

A aplicação de modelos de credit scoring e outras ferramentas para análises de crédito se iniciaram na década de 1930, em companhias seguradoras, conforme Blatt (1999). Porém, seu desenvolvimento em instituições financeiras deu-se a partir da década de 1960, conforme Vasconcellos (2002).

Este modelo proporciona uma vantagem competitiva para a organização, porém, apenas após a estabilização da economia brasileira, em 1994, é que começou a ser difundido no Brasil.

O termo credit scoring é utilizado para descrever métodos estatísticos adotados para classificar candidatos à obtenção de um crédito em grupos de risco. Segundo Blatt (1999) a partir do histórico de concessões de crédito efetuadas por uma instituição de crédito é possível, através de técnicas estatísticas, identificar as variáveis sócio-econômicas que influenciam na capacidade do cliente em pagar o crédito, ou seja, na qualidade do crédito da pessoa física.

O método de credit scoring é baseado na classificação de candidatos a crédito em grupos de acordo com seus prováveis comportamentos de pagamento. Vasconcellos (2002) informa que a probabilidade de um candidato gerar ou não um risco a organização deve ser estimada com base nas informações que o tomador fornecer na data do pedido de concessão, e a estimativa servirá como fundamento para a decisão de aprovação ou não do crédito.

Santos (2006) complementa, explicando que o modelo, baseado em informações do passado recente da carteira de crédito, gera notas (scores) para novos candidatos ao crédito que representam a expectativa de que os clientes paguem suas dívidas sem se tornarem inadimplentes.

Assim, conforme Zerbini (2000), o modelo de credit scoring é uma ferramenta valiosa para decisões de aprovação ou não de pedidos de crédito, obedecendo à hipótese de que o público alvo da carteira de crédito, após a implementação do modelo, se mantenha o mesmo que no passado recente sobre o qual todo o procedimento estatístico se baseia.

A partir de uma equação gerada através de variáveis referentes ao candidato à operação de crédito, os analistas de credit scoring geram uma pontuação que representa o risco de inadimplência, ou seja, o score que resultante da equação de credit scoring pode ser interpretado como probabilidade de inadimplência.

Conforme ressalta Saunders (2000), o score pode ser utilizado para classificação de créditos como adimplentes ou inadimplentes, bons ou maus, desejáveis ou não, de acordo com a pontuação obtida por cada crédito. Esta classificação, por sua vez,

pode orientar a decisão do analista em relação à concessão ou não do crédito solicitado.

Assim, a ideia essencial dos modelos de credit scoring é identificar certos fatores-chave que influenciam na adimplência ou inadimplência dos clientes, permitindo a classificação dos mesmos em grupos distintos e, como consequência, a decisão sobre a aceitação ou não do crédito em análise.

A diferenciação desse modelo em relação aos modelos subjetivos de análise de crédito se dá pelo fato da seleção dos fatores-chave e seus respectivos pesos ser realizada através de processos estatísticos. Além disso, a pontuação gerada para cada cliente, a partir da equação do modelo credit scoring, fornece indicadores quantitativos das chances de inadimplência desse cliente, conforme Blatt (1999).

Os modelos de credit scoring podem ser aplicados tanto à análise de crédito de pessoas físicas quanto a empresas. Quando aplicados a pessoas físicas, eles utilizam informações cadastrais e sócio-econômicas dos clientes de acordo com Vasconcellos (2002).

Blatt (1999) ressalta que a metodologia básica para o desenvolvimento de um modelo de credit scoring não difere entre aplicações para pessoa física ou jurídica, sendo que as seguintes etapas devem ser cumpridas para o seu desenvolvimento:

- Planejamento e definições: mercados e produtos de crédito para os quais serão desenvolvidos o sistema, finalidades de uso, tipos de clientes, conceito de inadimplência a ser adotado e horizonte de previsão do modelo;
- Identificação das variáveis potenciais: caracterização do proponente ao crédito, caracterização da operação, seleção das variáveis significativas para o modelo e análise das restrições a serem consideradas em relação às variáveis;
- Planejamento amostral e coleta de dados: seleção e dimensionamento da amostra, coleta dos dados e montagem da base de dados;
- Determinação da fórmula de escoragem através de técnicas estatísticas, como por exemplo, a análise discriminante ou regressão logística; e
- Determinação do ponto de corte, a partir do qual o cliente é classificado como adimplente ou bom pagador; em outras palavras, é o ponto a partir do qual a instituição financeira pode aprovar a liberação do crédito.

Segundo Chaia (2003), os modelos de credit scoring propriamente ditos são ferramentas que dão suporte à tomada de decisão sobre a concessão de crédito para novas aplicações ou novos clientes.

Chaia (2003) faz o seguinte resumo das principais vantagens dos modelos credit scoring:

- **Consistência:** são modelos bem elaborados, que utilizam a experiência da instituição, e servem para administrar objetivamente os créditos dos clientes já existentes e dos novos solicitantes;
- **Facilidade:** os modelos credit scoring tendem a ser simples e de fácil interpretação, com instalação relativamente fácil. As metodologias utilizadas para construção de tais modelos são comuns e bem entendidas, assim como as abordagens de avaliação dos mesmos;
- **Melhor organização da informação de crédito:** a sistematização e organização das informações contribuem para a melhoria do processo de concessão de crédito;
- **Redução de metodologia subjetiva:** o uso de método quantitativo com regras claras e bem definidas contribui para a diminuição do subjetivismo na avaliação do risco de crédito; e
- **Maior eficiência do processo:** o uso de modelos credit scoring na concessão de crédito direciona os esforços dos analistas, trazendo redução de tempo e maior eficiência a este processo.

Chaia (2003) também demonstra as principais desvantagens dos modelos de credit scoring:

- **Custo de desenvolvimento:** desenvolver um sistema credit scoring pode acarretar custos, não somente com o sistema em si, mas também com o suporte necessário para sua construção, como por exemplo, profissionais capacitados, equipamentos, coleta de informações necessárias ao desenvolvimento do modelo, dentre outros;

- Excesso de confiança nos modelos: algumas estatísticas podem superestimar a eficácia dos modelos, fazendo com que usuários, principalmente aqueles menos experientes, considerem tais modelos perfeitos, não criticando seus resultados;
- Falta de dados oportunos: se o modelo necessita de dados que não foram informados, pode haver problemas na sua utilização na instituição, gerando resultados diferentes dos esperados. Além da falta de algumas informações necessárias, faz-se necessário analisar também a qualidade e fidedignidade das informações disponíveis, uma vez que elas representam o insumo principal dos modelos de credit scoring; e
- Interpretação equivocada dos escores: o uso inadequado do sistema devido à falta de treinamento e aprendizagem de como utilizar suas informações pode ocasionar problemas sérios à instituição.

Verifica-se, portanto, que os modelos de credit scoring podem trazer significativos benefícios à instituição quando adequadamente desenvolvidos e utilizados. No entanto, eles também possuem limitações que precisam ser bem avaliadas antes do desenvolvimento e implementação de um modelo dessa natureza.

REFERÊNCIAS

<https://blog.asaas.com/gestao-de-cobranca-veja-como-ela-pode-desenvolver-sua-empresa/>>acesso em 20/05/2020

https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_de_cr%C3%A9dito>acesso em 20/05/2020

<https://maisretorno.com/blog/termos/m/mercado-de-credito>>acesso em 20/05/2020

<https://www.jornalcontabil.com.br/como-e-feita-uma-analise-de-credito/>>acesso em 20/05/2020

<https://www.nexoos.com.br/guia-de-investimentos/analise-de-credito-saiba-como-funciona/>>acesso em 20/05/2020

<https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/1379329/o-que-e-taxa-media-de-mercado>>acesso em 20/05/2020

<https://acionista.com.br/principais-taxas-de-juros-utilizadas-pelo-mercado/>>acesso em 20/05/2020

<https://www.revistaelitte.com.br/index.php/component/k2/item/200-o-que-a-expansao-do-credito-provoca-na-economia>>acesso em 20/05/2020

<https://www.mises.org.br/article/30/expansao-do-credito-e-investimentos-improdutivos>>acesso em 20/05/2020

<https://www.mfnti.com.br/visao-dos-profissionais-previsoes-para-2020-no-setor-de-credito-e-cobranca/>.acesso em 20/05/2020

https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_de_cr%C3%A9dito>acesso em 18/03/2020